

## Desenvolvimento, Progresso e Agricultura

*O estudo dos problemas agrícolas e rurais só será completo se tiver a participação de todas as Ciências que para ele podem contribuir, nomeadamente a Sociologia. As migrações internas, as dificuldades da readaptação profissional, a viabilidade de uma integração de tipo cooperativo, etc., só assim poderão ser bem compreendidas e fornecer as bases para um planeamento do progresso.*

O desenvolvimento económico propõe problemas diversos e complexos na agricultura e no mundo rural português. Problemas positivos, problemas negativos, sobretudo problemas que podem ter soluções positivas.

Haverá certamente que constituir equipas permanentes para os estudarem em bases objectivas e segundo todas as possibilidades oferecidas pelas diversas ciências.

Pretenderei demonstrar a necessidade destas equipas e de semelhante trabalho adentro das características enunciadas: em bases objectivas, segundo todas as possibilidades desde já oferecidas pelas diversas ciências. A demonstração assentará sobretudo em perspectivas sociológicas e explicará por si própria a importância da Sociologia entre aquelas ciências.

Recorrerei a dados de outras ciências, sobretudo agronómicas e económicas, formularei hipóteses, constituirei modelos — foram recursos que tive por necessários à exposição, mas que não passam de quadros operatórios. Fiz no entanto por que se aproximassem da realidade. O seu afastamento desta, as inexactidões e lacunas que surgirem, provarão, também eles, para além do que advier dos próprios limites do autor, aquilo que me propus demonstrar.

## Aspectos introdutórios

1. Quando François PERROUX<sup>1</sup> fala no sentido universal e universalizante que deve ter todo o progresso e quando distinguimos este do simples desenvolvimento económico, estão-se a enunciar verdades complementares que têm sido excessivamente postergadas, mas que parecem essenciais no caso português.

Sem nos prendermos aos termos, mas aos conceitos que expressam, devemos começar por aceitar que um processo de desenvolvimento é normalmente promovido pelo planeamento, podendo este ser de vários tipos. No nosso caso têm-se acentuado as características do planeamento indicativo.

Ao passar-se do conceito de desenvolvimento económico para o de progresso e ao definir este como expansão contínua e global da economia pela propagação da inovação e da informação, com rapidez e aos menores custos sociais, numa rede de relações (não só económicas, mas de todas as ordens) que oferecem um sentido global que se universaliza; ao passar do conceito de desenvolvimento económico para o de progresso, dizia-se, está-se não só na linha de pensamento do «fenómeno social total» dos sociólogos, como num domínio que tem em si próprio quase toda a sociologia: as relações sociais.

Ora um planeamento indicativo, para promover autêntico progresso, deverá procurar definir um sentido global que possa ser aceite pelo consenso geral duma sociedade, ou procurar criar condições para que tal se torne possível. Sem aquele sentido, os custos sociais serão incomparavelmente mais elevados, a criação e transmissão da inovação e da informação serão mais lentas, o desenvolvimento da economia possuirá menor continuidade e será menos global, ter-se-á de recorrer a medidas mais coactivas — no nosso caso de portugueses e latinos com maioria de razão.

De facto, a população portuguesa é constituída por numerosas culturas e subculturas, onde predominam as rurais, normalmente bastante fechadas e individualistas; está marcada, na grande maioria dos casos, por uma instrução rudimentar e sempre deficiente, que não ajuda a uma reflexão colectiva.

É por outro lado elevada a nossa capacidade de entusiasmo por uma *ideia*. Se se quiser que o progresso a promover em Portugal através do planeamento tenha um sentido diverso daquele que as circunstâncias da vida moderna propõem: exclusivamente o bem-estar individual, ou, quando muito, familiar, de tipo americano, se se quiser obter essa finalidade, há que equacionar aquela *ideia*. É seria um primeiro trabalho para especialistas das ciências sociais, dos sociólogos em particular.

---

<sup>1</sup> François PERROUX, «Théorie Générale du Progrès Economique», in *Cahiers de VISEA*.

Teríamos assim um dos principais processos de aumentar a adesão das populações ao planeamento e de facilitar a sua participação no mesmo.

2. Várias obras antigas e modernas têm demonstrado plenamente a diversidade do espaço metropolitano português sob os aspectos físicos, económicos, demográficos e etnológicos. Diversidade múltipla e, nalguns aspectos e regiões, bastante profunda.

Existem, na perspectiva que nos interessa neste momento, duas faltas graves nos estudos referidos: uma deficiência na delimitação das unidades de análise, e a inexistência de análises propriamente sociológicas com amplitude equiparada.

A deficiência na delimitação das unidades de análise desdobra-se em dois aspectos diferentes. Um, mais restrito, refere-se aos erros provenientes da não homogeneidade de várias unidades em relação à maioria dos aspectos analisados em determinados trabalhos, o que leva a médias não significativas. Outro, mais profundo, provém do que considero um erro de método, o qual consta em não se delimitar com suficiente rigor os fins a atingir com determinada análise e em não se lhe adequarem os meios e a escolha das unidades utilizadas; opta-se então, e geralmente, por unidades administrativas de grau elevado (distritos), que levam em muitos casos às médias não significativas, e cai-se na descrição excessivamente geral e imprecisa para trabalhos regionais, também muito prolixa para um trabalho consciente de planeamento nacional.

A inexistência de análises sociológicas revela-se no desconhecimento científico dos comportamentos, motivações e culturas dos diversos grupos sociais, por regiões.

Estas duas deficiências dificultam qualquer trabalho de planeamento indicativo regional ou nacional e que tenha como fim promover o referido progresso sócio-económico.

Junta-se-lhe uma terceira: as deficiências da estatística nacional, quer na qualidade, quer na quantidade de elementos recolhidos, quer ainda na má escolha das unidades estatísticas utilizadas. Supõe-se que será uma condição essencial para a supressão destas deficiências a criação de centros regionais de estatística, devidamente coordenados.

3. A diversidade regional do País assenta fundamentalmente numa irregularíssima distribuição da indústria e da população, por um lado, e na existência de muitas micro e macro-regiões agrícolas e rurais<sup>2</sup>, por outro.

---

<sup>2</sup> A região agrícola traduz uma realidade económica, a região rural uma realidade sociológica.

É neste último aspecto que incidirá, ao menos inicialmente, a presente análise.

Normalmente, e na maioria dos seus aspectos fundamentais, supor-se-á que cada região agrícola coincide aproximadamente com a região rural — constituirá uma hipótese simplificadora, mas com fundamentos teóricos e de observação directa.

A região agrícola será definida como uma região homogénea para uma série de índices que caracterizem o tipo de solo e clima, as produções agrícolas predominantes, os respectivos sistemas de cultivo, o tipo e forma da exploração agrícola, a estrutura fundiária.

### As migrações como eixo da análise

4. O desenvolvimento económico do País tem-se repercutido de formas diferentes nestas diversas regiões.

Um facto de relevo consiste no aumento progressivo da emigração geográfica e da emigração inter-sectorial.

Facto que por constituir hoje uma grande realidade nacional e por afectar profundamente a lavoura e o mundo rural, passará a ser um eixo fundamental deste trabalho.

A emigração geográfica interna decorreu e decorre no sentido das zonas demograficamente mais densas, sobretudo o «triângulo litoral português»<sup>3</sup>, e dos maiores aglomerados urbanos, Porto e Lisboa, predominantemente Lisboa e aglomerados satélites. Contudo o maior aumento de emigração tem-se dado para o estrangeiro, sobretudo para França, e já para a Alemanha, Luxemburgo e Bélgica.

As origens destas emigrações, sobretudo as externas, não são só, como no passado, as zonas pobres e de grande densidade populacional, caso do Minho, mas também as zonas menos povoadas, como é o caso de Trás-os-Montes e Beiras interiores.

Ser-se-á tentado a pensar que emigram as populações mais pobres das regiões mais pobres.

Daqui a motivar esta emigração na pobreza vai muito pouco. E no entanto não está provado. Pode haver correlação entre pobreza e emigração sem haver causalidade, ou sem que essa correlação se dê em todas as regiões, dentro de todos os estratos sociais, em todas as idades, e em todos os tipos de actividade. De facto, o contacto que tem havido com a realidade pode permitir formular hipóteses, mas parece não bastar para equacionar uma explicação rigorosa — e será uma outra linha de análise sociológica.

---

<sup>3</sup> Região natural, com vértices aproximadamente no Porto, Abrantes e Lisboa.

É óbvio, embora não provado rigorosamente, que a emigração geográfica interna e permanente corresponde com frequência à passagem da agricultura para outras actividades. O mesmo não se dá com a não permanente ou sazonal, esta muita mais antiga — novas linhas de investigação sociológica surgem neste domínio: porquê, por exemplo, os rurais alentejanos em desemprego ou minhotos em subemprego não vão ganhar os altos salários das regiões vinhateiras do «Oeste» e do Ribatejo?

Voltando à emigração geográfica interna permanente sabe-se que ela tem existido mesmo nas zonas de mais elevados salários agrícolas do País, o que nos vem fazer duvidar da correlação atrás referida. Tem-se notado que esta emigração geográfica e inter-actividades se dá por vezes mesmo quando os salários do ponto de partida são mais elevados do que os de chegada.

Deve finalmente verificar-se que à acentuação dos desequilíbrios espaciais, causadas pelo desenvolvimento económico, correspondem migrações. Fenómeno que se dá à escala nacional e internacional.

Não se conhecem contudo e com exactidão as motivações das migrações e, portanto, as razões por que em circunstâncias económicas semelhantes há regiões do País que fornecem mais emigrantes do que outras, ou as razões por que este fenómeno surge só em dadas épocas ou a partir de dadas épocas, ou, ainda, por que emigram para o estrangeiro mais pessoas de determinada região ou ramo de actividade ou de determinado nível de vida.

Com estes desconhecimentos, difícil será fazer previsões — dificuldade de grande importância para a formulação do planeamento indicativo.

5. Deixando intencionalmente de parte a análise de várias das repercussões importantes para o futuro do País, deste complexo de migrações, tentarei esboçar algumas considerações sobre as relações entre as mesmas, a agricultura e o mundo rural.

Há anos anunciava-se existir um milhão de agricultores a mais na nossa agricultura. Sem nos prendermos à exactidão dos números podemos verificar que muitos já têm partido, como acontece por todos os países em que progride o desenvolvimento económico — existe mesmo apertada correlação entre o rendimento nacional dos países e a respectiva percentagem de população activa na agricultura <sup>4</sup>. Outros trabalhadores continuarão portanto a sair da nossa agricultura à medida que progrida o desenvolvimento económico nacional.

Três problemas com interesse se põem, a meu ver, derivados da realidade acabada de enunciar:

---

<sup>4</sup> H. KRIER, *Mão-de-Obra Rural e Desenvolvimento Industrial*, CADERNOS de Desenvolvimento Industrial, I.N.I.I., 1962.

- A. Repercussões na actividade agrícola.
- B. Possibilidade de integrar essa mão-de-obra num novo tipo de actividade agrícola ou regional, a montante e a jusante da actividade agrícola clássica.
- C. Conciliação dos dois fenómenos com as modificações espaciais da actividade agrícola e do mundo rural, provocadas pelo desenvolvimento económico.

### Sobre as repercussões das migrações na actividade agrícola

6. A saída de mão-de-obra da actividade agrícola tem nesta repercussões diferentes conforme as características estruturais da agricultura de cada região.

Há assim que elaborar três modelos muito simplificados que tentem resumir, nas suas linhas gerais, as referidas regiões agrícolas do País:

- 1 — região de minifúndio, dominado pela empresa familiar;
- 2 — região de transição, com empresas pequenas ou familiares, médias e grandes, de exploração directa, parceria ou arrendamento;
- 3 — região de latifúndio.

No primeiro caso, a saída de mão-de-obra, leva à desvalorização do capital-terra e exigirá uma completa remodelação da estrutura da propriedade, do sistema do cultivo e até de culturas.

Teria interesse estudar desde já, nas regiões deste tipo, se não é o artesão ou o operário que têm maior tendência para emigrar, mesmo mais do que o empresário familiar agricultor. Quais as razões que levam este a partir ou a ficar, quais as repercussões destas atitudes em toda a forma de ser da agricultura e da ruralidade, quais os factores destes múltiplos fenómenos que são ou se podem tornar positivos ou negativos perante o progresso.

É todo um estudo sociológico que, perante a promoção do desenvolvimento económico ou do progresso, não pode estar isolado dos estudos mais diversos, de entre os quais destaco os de técnica agrícola, de economia e de planeamento regional.

Em todo o caso, supõe-se que estas emigrações dificilmente levarão a uma modificação radical das estruturas agrárias das regiões deste primeiro modelo. Subsistirão portanto muitas empresas familiares que só poderão progredir na medida em que se associarem e modernizarem. E temos novamente todo um mundo de estudos sociológicos destinados a obter dados que permitam incentivar rapidamente os fenómenos de associação e modernização das empresas.

Estudos estes complementares dos de mercados, dos de técnica

agrícola, dos de dimensionamento óptimo da exploração agrícola — entre outros.

No segundo modelo, situado sobretudo no Centro Litoral, a emigração da actividade agrícola leva à subida de salários, desencadeia a mecanização e a procura de culturas mais rendosas ou com menores consumos de mão-de-obra. Estes dois últimos fenómenos são acompanhados da racionalização das explorações, a qual leva à delimitação de funções e ao aparecimento de assalariados especializados. A mecanização exige normalmente maiores quantidades de matéria orgânica e, portanto, requiere, e sob certos aspectos também facilita, a instauração de uma autêntica pecuária, que dentro dos condicionalismos do desenvolvimento económico deve ser explorada em escala industrial em todas as suas fases de produção.

Os fenómenos acabados de enunciar são acompanhados de outros, mas do seu conjunto, por vezes simultâneo, geralmente sucessivo, e sempre em proporções diversas, resulta uma maior intensificação da agricultura, traduzida ou facilitada por um maior despertar do mundo rural. Em que medida se traduz, em que medida pode ser facilitada por este despertar, eis outros campos de uma necessária investigação sociológica realizada em equipas constituídas por técnicos e cientistas de outros ramos da Ciência.

No modelo do latifúndio de há muito que se tem dado a partida de mão-de-obra, estando a que fica quase sempre e na sua maioria sujeita às contingências do desemprego sazonal. O que terá fortes repercussões será a partida da mão-de-obra especializada, sobretudo tractoristas, para regiões onde a estrutura agrária e melhores condições naturais permitem maiores salários e outros géneros de vida. Já se começaram a verificar casos destes, mas nada há estudado sobre o assunto.

Aliás, as regiões representadas por este modelo estão a atravessar tal crise agrícola e encontram-se sujeitas a tais mudanças que o problema mais importante parece ser o de estudar quais os elementos sociológicos positivos para resolver as crises e ajudar a promover as mudanças em curso (regadio e reflorestamento) ou que venham a julgar-se desejáveis — sempre com o fim de, colaborando ao menos com técnicos e economistas, tornar possíveis as transformações desejadas e realizá-las com os menores custos sociais.

Ora, parece que as mudanças em curso exigirão uma readaptação profissional da mão-de-obra, o que não é coisa simples e deverá ser estudado com o contributo da sociologia. O caso do regadio da Idanha parece comprovar como é caro para o País, e inoportuno, o não se estudar e realizar cuidadosamente a referida readaptação profissional.

## Sobre as possibilidades de retenção regional da mão-de-obra agrícola

7. Uma das formas mais importantes de o desenvolvimento económico se repercutir na agricultura exprime-se pela crescente necessidade desta em produtos industriais e serviços correlativos e pelo aumento não só de tratamentos e transformações a que os produtos agrícolas são sujeitos, como das respectivas actividades de comercialização.

Surgem portanto, com o desenvolvimento económico, novas necessidades de serviços e de indústrias a montante e a jusante da actividade agrícola, ou aumentam necessidades um pouco mais antigas.

No mundo ocidental existem duas maneiras diferentes de realizar estes fenómenos, no que diz respeito às estruturas socio-económicas.

Uma forma, caracterizadamente capitalista, leva ao isolamento da actividade agrícola, por as referidas indústrias e serviços serem montados, financiados e geridos, fora do sector agrícola, por vezes mesmo geogràficamente longe do meio rural, constituindo-se com frequência em autênticas economias exteriores ao sector e à região, surgindo uma economia de tipo dualista que leva, como se tem verificado amplamente, ao empobrecimento do sector e ao despovoamento da região.

A outra forma, que tem sido predominantemente de tipo cooperativo, leva à integração da indústria e dos serviços, sobretudo a jusante, na actividade agrícola e na região. Será, esta última forma, um dos processos mais eficazes de evitar o empobrecimento da agricultura e o despovoamento da região, e de realizar a promoção social, cultural e humana do agricultor.

A primeira forma tem prevalecido no nosso País naquilo que diz respeito à indústria e serviços correlativos a montante da agricultura. Mas ainda se está a tempo de promover uma grande integração a jusante, e, nalguns casos, depois de iniciada esta, também a montante. Sem pretender defender o exclusivismo de uma ou outra fórmula, parece, no entanto, que teria nítidas vantagens um forte desenvolvimento da referida integração.

Para além da questão importante de se saber até que ponto as actuais estruturas institucionais da lavoura tenderão a julgar-se ameaçadas pelo cooperativismo sem se aperceberem, de forma positiva e até construtiva, que se tem revelado por todo o lado difícil senão impossível espartilhar as realidades económicas e sociais em qualquer concepção estática — para além desta questão, dizia, muitas outras de índole sociológica se põem: como se aperceberá a lavoura portuguesa da oportunidade, atrevo-me a dizer, única, que o desenvolvimento económico lhe oferece? Quais os factores positivos e negativos para esta percepção, sua aceitação

e correlativa passagem à acção? Quais os grupos mais dinâmicos em cada região? Quais as características positivas e negativas de cada um dos grupos em ordem aos fins propostos? Como utilizar a culturas e subculturas de cada região e de cada grupo?

Noutra perspectiva, e voltando ao fenómeno central que tenho vindo a analisar — a migração —, nova série de interrogações se propõem.

A dar-se a integração referida, em que proporção e de que forma se realizará? Se ela se der, não há dúvida que a emigração rural e sobretudo regional diminuirá, e tanto mais quanto a integração for acompanhada da intensa acção educativa e de séria reclassificação profissional.

Mas todo este conjunto de fenómenos, desde a montagem de indústrias e a criação de serviços, à sua integração pela agricultura, à educação (criação de interesse e convicção), promoção dos agricultores, envolve um mundo de problemas que exige, no caso português, pela sua profundidade e urgência, um planeamento. Planeamento que, para ser eficaz e económico nos resultados finais, deve partir de estudos e inquéritos realizados com a participação das populações, por região, e através de equipas polivalentes, devidamente coordenadas, onde se compreende que a sociologia deverá ter um papel fundamental.

### **Algumas consequências da especialização dos espaços agrícolas e da atracção urbana**

8. O desenvolvimento económico ou, dir-se-á antes, o progresso, levará à especialização dos espaços agrícolas: cada terra, cada região, a produzir aquilo para que é economicamente mais apta.

As migrações condicionarão este processamento pela influência que têm nesta aptidão económica—se nos reportarmos a um caso limite, vemos que será difícil, numa região desértica, tornada fértil, instalar um sistema de cultivo intensivo. Mas a referida especialização provocará, também ela, migrações entre regiões e entre actividades.

Eis o que pode ter interesse no estabelecimento do regadio alentejano (primeiro caso), ou na queda do sistema do Norte-Litoral, baseado na cultura do milho (segundo caso), a realizar-se já em condições bastante mais económicas noutras regiões do mundo.

Mas do desenvolvimento económico resulta também o fenómeno urbano — não será possível, ao menos num País com as dificuldades económicas do nosso, levar os equipamentos sociais (água canalizada, energia eléctrica, escolas primárias devidamente equipadas, centros comerciais, centros culturais, de re-

creio, e de educação física, etc.) a todas as aldeias nem, em muitas regiões, a todas as freguesias. A tendência mais equilibrada será o desenvolvimento de certas vilas, e de algumas, muito poucas, certamente, aldeias. Como solução extrema temos já no País a concentração de população, actividades e riqueza nas cidades de Lisboa e Porto.

O desenvolvimento das comunicações e, sobretudo dos transportes, facilitarão este fenómeno de concentração urbana, mas também o seu contrário.

Será contudo de se pôr firmemente a hipótese de que o processo de evitar o despovoamento de muitas regiões e de promover um desenvolvimento equilibrado de todas, estará, em grande parte, no planeamento de centros urbanos regionais, devida e útilmente relacionados com as regiões respectivas, e hierarquizados por dimensões, funções e sucessivas dimensões e necessidades de regiões concêntricas (distrito ou província, grupo de concelhos, concelho, grupo de freguesias e freguesia).

Nestes centros urbanos se concentrariam os serviços e as indústrias a que se fez referência.

## Conclusão

9. Pode portanto parecer necessário que o nosso planeamento indicativo se preocupe em *indicar* e criar às pessoas e para as pessoas, locais e actividades que as levem a não abandonar as suas regiões e mesmo o seu País.

Tentou-se demonstrar que o próprio desenvolvimento económico, a ser promovido por aquele planeamento, pode facilitar a referida tarefa: a qual será tanto mais facilitada quanto, por outro lado, o planeamento promover o progresso, procurando desenvolver, além do mais, um sentido que seja suficientemente largo e profundo para não constituir meta de um só grupo social ou mero *slogan*; suficientemente simples, elevado, e inserindo nas realidades duma sociedade para poder ser compreendido por todos, para poder dinamizar o maior número.

10. De tudo o exposto creio sobressair a necessidade de uma actuante contribuição de quase todas as ciências, onde tem lugar fundamental a **sociologia**. Concretizada, aquela contribuição, em equipas de diversos tipos e diferentes funções.

Estas equipas serão uma primeira base objectiva de estudo. Outros elementos objectivos serão as regiões, os grupos sociais, as culturas e subculturas, como também pretendi demonstrar.

Sem querer exceder os limites deste artigo, desejo no entanto exprimir com clareza que um materialismo primário, não é sempre

objectivo, pois mutila muitos aspectos da complexidade do social, o que sucederá, por exemplo, sempre que se pense em termos estrita ou acentuadamente económicos um processo de planeamento. Um materialismo primário, tão-pouco produz economias, quando pretende traduzir em mera contabilidade os custos e os benefícios sociais de determinado investimento, sobretudo porque, como se sabe, os custos são medidos em curto período de tempo e os benefícios podem ser de gerações.

Tais são os benefícios que julgo resultarem se se souber aproveitar, através do *planeamento do progresso*, as repercussões do desenvolvimento económico na agricultura portuguesa.